



**Lei nº 2023/2015**

***ESTABELECE NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO  
DE PARATY A CRIAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E  
GESTÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE  
PRÁTICAS INTEGRATIVAS  
COMPLEMENTARES AO SUS.***

**Carlos José Gama Miranda, Prefeito Municipal de Paraty** faz saber que a Câmara Municipal de Paraty **APROVOU** e eu **SANCIONO** a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica criado o Programa Municipal de Práticas integrativas Complementares ao SUS, na atenção básica de saúde, atendendo a população do Município de Paraty, Estado do Rio de Janeiro.

**Parágrafo Único.** Este Programa visa o bem estar e a melhoria da qualidade de vida da população e a implantação da Política Nacional das Práticas integrativas Complementares no Sistema Único de Saúde, conforme Portaria Ministerial nº 973 de 2.006 e nº 1.600 de 2.006.

**Art. 2º** Constituem objetivos do Programa Municipal de Práticas Integrativas Complementares (PNPIC) ao SUS:

**I** — a promoção da saúde e a prevenção de doenças através de Práticas Integrativas, utilizando recursos naturais e manuais.

**II** — a implantação de Práticas Integrativas junto às unidades de saúde e do hospital público municipal.

**III** — o estímulo à utilização de técnicas de avaliação energética das Práticas Integrativas;

**IV** — a divulgação dos benefícios decorrentes das Práticas Integrativas.

**§ 1º** Constituem modalidades de Práticas Integrativas as seguintes terapias:

**I** – Massoterapia Clínica;

**II** – Diagnóstico Clínico Postural;

**III** – Fitoterapia;

**IV** – Terapias Florais;

**V** – Acupuntura;

**VI** – Hidroterapia;

**VII** – Cromoterapia;

**VIII** – Aromaterapia;

**IX** – Oligoterapia;



Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Paraty  
Secretaria Executiva de Governo

- X** – Geoterapia;
- XI** – Quiopraxia;
- XII** – Iridologia;
- XIII** – Hipnose;
- XIV** – Trofoterapia;
- XV** – Naturopatia e/ou Naturopatia;
- XVI** – Medicina Ortomolecular;
- XVII** – Ginástica Terapêutica e/ou Laboral;
- XVIII** – Terapias da Respiração;
- XIX** – Medicina Antroposófica;
- XX** – E outras terapias complementares.

**§ 2º** Constituem funções do gestor municipal, na área da saúde, em relação às Práticas Integrativas, as seguintes ações:

- I** — Elaborar normas técnicas para inserção da PNPICT na rede municipal de saúde.
- II** — Definir recursos orçamentários e financeiros para a implantação e gestão desta Política, considerando a composição tripartite.
- III** — Promover articulação intersetorial para a efetivação da Política.
- IV** — Estabelecer mecanismos para a qualificação dos profissionais do sistema local de saúde.
- V** — Estabelecer instrumentos de gestão e indicadores para o acompanhamento e avaliação do impacto da implantação e gestão da Política.
- VI** — Divulgar a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS.
- VII** — Realizar assistência farmacêutica com plantas medicinais, fitoterápicos e homeopáticos, bem como a vigilância sanitária no tocante a esta Política e suas ações decorrentes na sua jurisdição.
- VIII** — Apresentar e aprovar proposta de inclusão da PNPICT no Conselho Municipal de Saúde.
- IX** — Exercer a vigilância sanitária no tocante a PNPICT e ações decorrentes, bem como incentivar o desenvolvimento de estudos de farmacovigilância e farmacoepidemiologia, com especial atenção às plantas medicinais e aos fitoterápicos, no seu âmbito de atuação.

**Art. 3º** — As modalidades adotadas através das Práticas Integrativas e Complementares ao SUS serão desenvolvidas por profissionais habilitados e inscritos nos respectivos órgãos de classe municipal, estadual ou federal.

**Parágrafo Único.** Não havendo órgão de classe e/ou certificação formal, será exigido “Notório Saber”, por parte do profissional responsável pela execução das atividades.

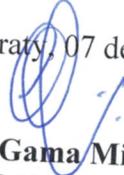
**Art. 4º** Para o disposto nesta lei, o Poder Executivo poderá celebrar convênios com órgãos federais e estaduais, bem como com entidades nacionais e internacionais.



Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Paraty  
Secretaria Executiva de Governo

**Art. 5º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas suas disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Paraty, 07 de dezembro de 2015.

  
**Carlos José Gama Miranda**  
Prefeito